

2007 - Moçambique, Da mudança ao consenso

Moçambique, Da mudança ao consenso
por: Eugénio Costa Almeida©

Machel morre num acidente de aviação fazendo perdurar no sentimento de uns quantos a ideia que por detrás do mesmo houve mãos pouco caridosas, podendo estas estar dentro do seu próprio aparelho de Estado. Se sim, se não, até hoje nada foi claramente esclarecido mas também, realce-se, nunca ficaram dúvidas claras do assunto. Em 1986, o então ministro das relações exteriores da então República Popular de Moçambique, ascende a primeira figura do Estado cargo que irá manter até às presidenciais de 2005. No intervalo, Joaquim Chissano aproveitando as novas circunstâncias políticas do momento, queda do Muro de Berlim, o fim do sovietismo e a confirmação da Paz com os seus vizinhos do Sul e a queda do regime segregacionista da Rodésia (Zimbabué) conseguiu mudar o sistema político do País. Celebrou, em 1992, a paz com a Renamo e Afonso Dhlakama, pondo termo a 16 anos de guerra-civil, provocou a alteração Constitucional que leva Moçambique a abdicar do poder popular para se tornar numa República semi-presidencialista democrática e, subseqüentemente, desperta a realização de eleições presidenciais e legislativas. Em 1994, em eleições então consideradas por alguns sectores como livres e justas e por outros como não totalmente transparentes, vence as primeiras eleições multipartidárias do País, tornando-se no primeiro presidente moçambicano eleito por voto popular, facto que voltou a conseguir nas eleições de 1999 derrotando Dhlakama por uma margem não muito elevada. Por esse facto, em 2004 decidiu abandonar a presidência da Frelimo e permitir que outro líder comesasse a despontar e pudesse concorrer às presidenciais de 2005 como acabou por acontecer. Se nem sempre Chissano gozou de inteira popularidade interna, conotavam-no à elite burguesa do aparelho, externamente conseguiu recuperar a credibilidade do País sendo por isso – surgiu mais como um incentivo do que força política – nomeado, em 1999, como um dos vice-presidentes da Internacional Socialista e o presidente da SADC. Mas foi também no seu consolado que a União Africana teve o grande empurrão quando patrocinou, em 2003, a 2ª cimeira da UA sendo eleito como o 2º presidente da organização africana. Depois da sua saída de primeira figura do Estado, o então secretário-geral da Nações Unidas, Kofi Annan, nomeou-o representante especial para o Nordeste do Uganda e mediador do conflito que opunha o governo de Kampala ao exército de Resistência do senhor (LRA). Se externamente teve enormes êxitos, sendo, talvez o maior, o retorno da administração de Cahora Bassa para os moçambicanos após anos de negociações com os sucessivos governos de Lisboa, internamente, e como já atrás deixei no ar, não foi uma figura muito consensual. Desde logo porque a força da Frelimo não permitia que os resultados eleitorais fosse claros e totalmente transparentes, havendo por diversas vezes acusações algumas fundamentadas de interferência do partido na vida pública e social dos moçambicanos. Depois a mais célebre nuvem que, ainda hoje, persiste sobre a sua cabeça. A acusação do procurador Fernando Canana de que Chissano e esposa tudo terem feito para que o mandato de detenção de Nyimpine Chissano, hipoteticamente indiciado como um dos eventuais conhecedor das causas da morte do jornalista Carlos Cardoso, não fosse por diante. Estigma que irá perdurar até que essa e outras estórias, como caso BCM ou a luta contra a corrupção não conseguida e recheada de cabritismos, sejam clarificadas; e para adensar a mácula, recentemente, a procuradora-chefe de Maputo confirmou que Nyimpine estava mesmo indiciado pelo caso Cardoso. Será que o sucessor (Armando Guebuza) conseguirá diluir essas manchas e celebrar justiça? Publicado no jornal moçambicano O Observador, edição nº 004, de 28 de Junho de 2007 (edição em PDF por assinatura)